

# RAÇA E GÊNERO

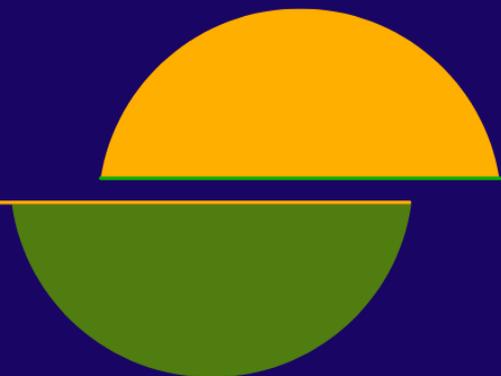
NAS FORÇAS ARMADAS

INFORMES  
TEMÁTICOS 2024



**GEDES**

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA  
E SEGURANÇA INTERNACIONAL



1933



Observatório  
Brasileiro de  
Defesa e  
Forças Armadas  
EPPEN-UNIFESP

## Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança ([GEDES](#)) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira no primeiro semestre de 2024, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação sintetiza os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Os Informes Temáticos 2024 foram elaborados por graduandos/as em Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como atividade extensionista da disciplina "Estudos de Defesa".

Convidamos toda a comunidade para apreciar o Informe!

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas  
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)  
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

## Equipe Informe Brasil- 2024

### Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

### Equipe técnica

Felipe Bechara Medeiros Gesteira (Unifesp)

### Supervisão

Leonardo Pontes Vinhó

### Redação

Ana Julia Ferreira dos Santos

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Geremias Dias dos Santos de  
Carvalho

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Mariana Sala

Yasmin Duarte Resende

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). NUNES, L. L; SILVA, A. G. Raça e gênero. Informe Temático 2024. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2025.

# RAÇA E GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS

---

Ana Geovanna da Silva  
Luana Lopes Nunes

Graduandas em Relações Internacionais  
EPPEN/UNIFESP

---

Este informe tem como objetivo analisar as questões de gênero e raça nas Forças Armadas, que no ano de 2024 foram alvo de tentativas de promoção de maior inclusão. Através da análise de como os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo abordam essas questões, identificou-se como principais acontecimentos a ascensão do terceiro homem negro ao cargo de general de divisão, a recusa sobre a inclusão de João Cândido no livro de heróis da Pátria e a aprovação do alistamento voluntário feminino. Os jornais fizeram uma análise destes assuntos a partir de uma visão crítica sobre a dificuldade de implementação de políticas de inclusão nas Forças Armadas, em um contexto ainda marcado pelo conservadorismo militar.

---

## As Forças Armadas sob perspectiva de raça e gênero

### A perspectiva racial

A pauta racial dentro das Forças Armadas foi um tema presente nos jornais ao longo do ano de 2024. O debate foi centrado na discussão sobre a ausência de homens negros nos cargos mais importantes da

hierarquia do Exército brasileiro e também no não reconhecimento da importância da atuação de personalidades negras em eventos históricos nacionais.

Sobre a primeira discussão, destacou-se o caso do general André Luiz Aguiar Ribeiro que, desde dezembro de 2023, assumiu o controle sobre a 6ª Região Militar, se tornando o terceiro homem

negro a conquistar o posto de general de divisão (três estrelas) - segundo posto mais importante na hierarquia do Exército.

Nesse sentido, percebe-se a relevância do acontecimento e, ao mesmo tempo, a problemática da desigualdade étnico-racial nas Forças Armadas, tendo em vista que, na história brasileira, somente onze homens negros alcançaram o posto de general, com a maioria deles chegando apenas ao primeiro degrau da patente. Questiona-se, portanto, a predominância de pessoas negras em patentes inferiores, enquanto homens brancos são a maioria nas patentes mais altas.

No caso do general Ribeiro, alcançar o posto de general quatro estrelas é uma possibilidade. No entanto, a escolha, por parte do Alto Comando das Forças Armadas, depende de fatores políticos e não somente técnicos e intelectuais.

No âmbito da discussão sobre o não reconhecimento da importância da atuação de personalidades negras em eventos históricos nacionais, o ponto central foi a rejeição da Marinha ao projeto de lei de 2019, que buscava a inclusão de João Cândido no livro de heróis da Pátria, por sua liderança no movimento da “Revolta da Chibata”, em 1910.

A repercussão aconteceu em decorrência do posicionamento do

comandante da Marinha, almirante Marcos Olsen, que afirmou que a atuação dos marinheiros na revolta não deveria ser algo enaltecido, e que a conduta de João Cândido foi reprovável, não merecendo, portanto, o reconhecimento como um herói da Pátria. Apesar de o almirante apontar que sua posição não possui relação com questões raciais, sua declaração ignora a desigualdade racial ainda persistente no Brasil.

Além do caso de João Cândido, em outubro de 2024, veio a tona um depoimento inédito de um ex-combatente da Coluna Prestes (1925-1927), que traz a temática do protagonismo negro no movimento, até então desconhecida. Com isso, veio a público o fato de que a atuação desses soldados negros era em situação análoga à escravidão.

### A perspectiva de gênero

A pauta de gênero no âmbito das Forças Armadas foi outro tema presente nos jornais ao longo de 2024. Na mesma linha das discussões de raça, o debate se concentrou na ausência de mulheres em determinadas funções nas Forças Armadas, especialmente na linha de frente em combates.

No início de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) discutiu as restrições impostas à participação de mulheres nessas funções, as quais violam o princípio de igualdade entre homens e

mulheres. Nesse sentido, o STF avaliou ações em busca de remover essas barreiras impostas.

Para o Exército, essas restrições são respaldadas na justificativa de que a "(...) fisiologia feminina, refletida na execução de tarefas específicas na zona de combate, pode comprometer o desempenho militar em operações de combate".

Ainda assim, em junho de 2024, o alistamento militar feminino voluntário para carreira de soldado foi permitido, de modo que as mulheres poderão se alistar a partir de 2025. Com isso, as mulheres terão treinamento de combate e patente de soldados.

Apesar da aprovação e da previsão de igualdade em relação aos homens nas regras de alistamento, essas não contemplam estabilidade para as mulheres, de modo que ao deixarem o serviço ativo, não receberão remuneração como os militares da reserva. Ademais, as minutas do decreto sobre alistamento voluntário feminino previam a expulsão de mulheres grávidas ao longo ou após o alistamento.

Destaca-se também que a maioria das vagas femininas nas Forças Armadas é destinada a espaços já ocupados por mulheres – como hospitais e postos administrativos – e que os critérios de seleção são muito mais rigorosos, demonstrando uma falsa percepção de igualdade.

Essa desigualdade e dificuldade de inserção das mulheres nas Forças Armadas pode ser exemplificada pela formatura da primeira turma de mulheres fuzileiras navais da Marinha brasileira, em julho de 2024, mesmo após quarenta anos desde que as mulheres passaram a serem aceitas nas Forças Armadas. Além disso, destaca-se que essa turma ainda possuía uma baixa presença de mulheres em relação a homens e que apenas a Marinha aprovou a atuação direta feminina em zonas de combate.

---

## Gênero e raça nas Forças Armadas sob a ótica da imprensa

A cobertura da imprensa quanto às questões de gênero e raça nas Forças Armadas foi breve e pontual, explorando a ausência da participação de grupos minoritários e o apagamento histórico de contribuições de personalidades negras.

A relação entre as Forças Armadas e questões de raça, além de pouco noticiada, foi pouco abordada em colunas opinativas ou editoriais, havendo somente uma coluna, elaborada por Álvaro Pereira do Nascimento, para o jornal Folha de S. Paulo. Essa coluna tratou da perseguição da Marinha contra o almirante negro João Cândido, mesmo 55 anos após o seu falecimento, criticando a posição

do comandante da Marinha, Marcos Olsen, ao contrariar a inclusão do almirante no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Apesar dos textos serem majoritariamente informativos, trouxeram contextualizações históricas e críticas externas contundentes, com relação a desigualdade étnico-racial nas Forças Armadas. Destaca-se ainda que das cinco notícias, apenas uma delas foi publicada pelo Correio Braziliense, sobre a recusa da Marinha em reconhecer João Cândido como herói, enquanto todas as outras foram veiculadas pela Folha de S. Paulo.

Já a relação entre as Forças Armadas e questões de gênero teve mais destaque nos jornais, com uma maior variedade entre colunas opinativas e editoriais.

Nesse sentido, as informações foram veiculadas pelo Correio Braziliense, pelo O Estado de S. Paulo e, principalmente, pela Folha de S. Paulo. Este último, por meio de editoriais, se posicionou de forma crítica com relação ao alistamento militar voluntário feminino, alegando que este novo sistema não garante um aumento da participação de mulheres na carreira militar e deve garantir a segurança das mulheres alistadas, especialmente quanto às questões de assédio e importunação sexual no ambiente de trabalho. Ademais, criticou também a ideia de que a fisiologia feminina poderia

comprometer o desempenho de mulheres em situação de combate.

Além disso, a Folha de S. Paulo trouxe uma coluna opinativa, escrita por Nina Rosa de Lima, a qual afirmou que a permissão de alistamento femininino é uma ilusão de igualdade, tendo em vista que os requisitos criteriosos dificultam o ingresso das mulheres nas Forças Armadas. Portanto, a autora considera o decreto uma manobra midiática em busca de uma falsa percepção de preocupação do governo com a igualdade de gênero.

---

### A efetividade das políticas de inclusão nas Forças Armadas

No ano de 2024, foram observadas tentativas de promover a inclusão de grupos minoritários nas Forças Armadas, em vista de diminuir as desigualdades étnico-racial e de gênero na instituição. Entretanto, estas representam avanços pequenos dentro de uma estrutura majoritariamente branca e masculinizada, sendo possível questionar a efetividade destas medidas.

Além disso, é possível identificar a preservação do conservadorismo no posicionamento de resistência do alto escalão das Forças Armadas frente às políticas de inclusão. Esse conservadorismo decorre da manutenção do controle militar

sobre a instituição, revelando limitada sensibilidade às demandas sociais.

Ademais, destaca-se a ausência de uma perspectiva interseccional na discussão jornalística sobre gênero e raça nas Forças Armadas, ao desconsiderar a dificuldade adicional que mulheres negras podem apresentar no processo de alistamento voluntário, por serem vítimas de ambos os preconceitos no processo.

Percebe-se, portanto, que existem tentativas de uma maior democratização das Forças Armadas por parte de um governo civil, mas que, mesmo após um cenário de tantas mudanças conjunturais, ainda existe forte resistência à mudança significativa.

---

## Para saber mais

Podcast Café da Manhã - [Episódio: O que muda com o serviço militar de mulheres](#)